Ι.

Cimeira entre União Europeia e Ásia resulta em compromisso com o multilateralismo e a defesa do comércio livre.

Parlamento Europeu debate amanhã o Brexit. Período de transição para a saída do Reino Unido do bloco comunitário poderá ser alargado.

Hoje ainda neste Magazine Europa: Governo italiano mantém orçamento para 2019, apesar das críticas de Bruxelas.

II.

Bem-vindos ao Magazine Europa,

A União Europeia e a Ásia uniram-se na defesa do multilateralismo e do comércio livre. Na cimeira que juntou representantes dos dois lados na semana passada, a chefe da diplomacia europeia, Federica Mogherini, salientou "o verdadeiro poder global" dos dois blocos. Mais com a jornalista Marta Melo.

Em conjunto, a União Europeia e a Ásia representam 55% do comércio mundial, 60% da população em todo o mundo e 65% da economia global.

Os dados foram avançados no final da cimeira Ásia-Europa pela Alta Representante da União Europeia para a Política Externa e Segurança, Federica Mogherini, que realçou que os dois lados, juntos, têm "um verdadeiro poder global".

Já o chanceler austríaco, que ocupa a presidência rotativa da União, disse que é necessário um "comércio livre com regras justas e equitativas para que todos os envolvidos possam beneficiar economicamente".

Sebastian Kurz lembrou que a parceria entre Europa e Ásia é "absolutamente vital, particularmente num momento em que o multilateralismo está a ser questionado".

Na senda do multilateralismo - a palavra que marcou os discursos em Bruxelas - a União Europeia e o Vietname assinaram um acordo sobre a aplicação de legislação florestal, com o objectivo de garantir que a madeira importada pelo bloco comunitário desde o país asiático resulte apenas do abate legal de árvores. De realçar ainda a participação de 30 países europeus - 28 da União Europeia, mais a Noruega e a Suíça - e ainda 21 nações asiáticas.

E connosco ao telefone está Victor Ângelo, comentador residente do Magazine Europa, baseado em Bruxelas.

Victor, a União Europeia assinou acordos com vários parceiros, está também a oferecer palco europeu aos líderes asiáticos. É uma estratégia importante?

Muito importante. Para a União Europeia, a Ásia é de facto um parceiro preferencial. A União Europeia quer apostar nas relações comerciais e nas relações económicas com a Ásia e sobretudo com determinados países da Ásia, uns deles serão países mais desenvolvidos, como é o caso do Japão ou da China. Outros serão países em vias de desenvolvimento, como é o caso dos países do Sudeste Asiático, por exemplo, o Camboja de que se falou muito. Mas na realidade, para a União Europeia o relacionamento económico com um espaço tão vasto, tão produtivo e também com tanta população como é o continente asiático é muito importante.

Esta cimeira decorreu num momento sensível das relações entre a China e os Estados Unidos. Federica Mogherini realçou que esta não é uma provocação a Washington. Eu perguntava-lhe: o que é que procura a União Europeia com esta aproximação a países como a China e o Japão?

Quer a China quer o Japão são parceiros preferenciais em termos económicos e em termos comerciais, e a União Europa procura encontrar maneiras de aprofundar as relações bilaterais ao nível económico e ao nível comercial com esses dois grandes países. Quer do lado europeu, quer do lado asiático, deu-se muita importância e compreende-se perfeitamente que este tipo de relações entre estas duas regiões do mundo pode ser aprofundado e pode ser mutuamente benéfico. E é nesse sentido que as coisas estão a ir. Por outro lado, havia evidentemente um grande fantasma na sala, que era o presidente americano Donald Trump. Ninguém queria que este tipo de reunião fosse vista como uma reunião contra os americanos, mas a verdade é que as posições assumidas, quer pelos europeus, quer pelos asiáticos vão no sentido oposto às posições que o presidente norte-americano tem defendido, ou seja, para os europeus e para os asiáticos é fundamental que o comércio mundial se faça o mais livremente possível, mas também segundo as regras que têm sido estabelecidas pela Organização Mundial do Comércio.

A União Europeia pressionou o Camboja em termos dos direitos humanos. Relembrava também a vinda no fim-de-semana do Ministro dos Negócios Estrangeiros português a Macau, onde disse que Portugal e a China partilham orientações no Direito Internacional, mas que não há convergência ao nível dos direitos humanos. Que leitura fazer destas palavras de Augusto Santos Silva?

Tem que se ser muito franco e eu penso que o ministro português foi bastante claro naquilo que disse. Também penso que na cimeira de Bruxelas houve muita clareza no que diz respeito, por exemplo, à situação no Camboja, uma situação que neste momento está debaixo do radar europeu e muito provavelmente nós iremos assistir à aprovação de sanções económicas contra o Camboja, se a situação política interna nesse país não se democratizar. Também evidentemente há a questão de Myanmar e há as grandes divergências em relação à política de direitos humanos na China. Certamente que essas questões têm de estar na agenda, mas é evidente que estas questões não impedem que se continue a discutir as relações económicas, os investimentos e nomeadamente as trocas comerciais.

## III.

Já voltamos à conversa com Victor Ângelo.

O Parlamento Europeu debate amanhã os resultados do último encontro do Conselho Europeu em Bruxelas, nomeadamente no que diz respeito ao BREXIT.

No encerramento desta reunião, o presidente do Conselho Donald Tusk admitiu que não foram alcançados progressos significativos e que o período de transição poderá ser alargado, como nos conta a jornalista da Antena 1, Andrea Neves.

[O Conselho Europeu de Outubro devia ter sido o momento da verdade. Há um mês, em Salzburgo, os Chefes de Estado e de Governo acreditavam que o acordo para a saída do Reino Unido da União Europeia seria alcançado nestes dias. Há uma semana, o Negociador Chefe da União Europeia dizia que esperava tê-lo pronto para o entregar em mãos aos 27. Agora diz que é preciso mais tempo e que não há avanços. E o Presidente do Conselho Europeu, Donald Tusk, que chegou a admitir que pudesse ser necessário convocar novo conselho para Novembro, diz agora que só convoca os 27 quando houver motivos para isso.

"Estou pronto para convocar um Conselho Europeu sobre o BREXIT se e quando o negociador europeu informar que foram alcançados progressos decisivos. E devemos ser claros que, para já, não foram alcançados progressos suficientes".

O que impede o acordo é a questão da Irlanda e como evitar o regresso das fronteiras físicas à ilha. Ninguém as quer, mas

## MAGAZINE EUROPA 23 de Outubro de 2018

ninguém sabe como as evitar. E, por isso, decidiu-se: decidir depois. Ou seja, criar um período de transição depois da saída do Reino Unido durante o qual o país está fora da União Europeia, mas dentro do mercado único, para permitir uma livre circulação de bens, até que se consiga encontrar uma solução técnica ou um acordo comercial e aduaneiro entre as duas partes.

Mas como esse acordo pode nunca ser alcançado, os 27 querem que Theresa May aceite um backstop, a tal solução de último recurso que dita que nunca existirão fronteiras entre as duas Irlandas, mas passaria a existir uma no mar da Irlanda.

May não aceita, diz que ia dividir o Reino Unido. Os 27 insistem. A ideia é a de que essa solução nunca entre em vigor, mas para isso é preciso chegar ao tal acordo durante o período de transição de 21 meses que até pode ser alargado se for preciso, como refere o Presidente do Conselho Europeu.

"Deixem-me recordar que quando a primeira-ministra Theresa May propôs um período de transição de quase dois meses, a União Europeia aceitou de forma unânime. Por isso, se o Reino Unido considerar que estender esse período pode ser útil para alcançar um acordo de futuro, os líderes dos 27 responderão de forma positiva." Mas a primeira-ministra britânica não se compromete.]

Victor, o que é representa esta possível extensão do período de transição?

A grande questão é saber, por um lado, qual será a duração do período de transição e, por outro lado, o que é que isso significa, não só em termos das relações económicas, mas também em relação às outras grandes liberdades que fazem parte dos valores essenciais da União Europeia e nomeadamente a questão da migração entre os diferentes países europeus. Não basta haver um período de transição para as questões do comércio, para as questões financeiras. É também preciso haver um período de transição que defina claramente se os cidadãos europeus podem continuar a estabelecer-se no Reino Unido e vice-versa.

Há alguma ideia de quanto tempo poderá ser então este período de transição?

Sim, neste momento do lado britânico fala-se num período de transição que poderia ser entre seis meses e um ano. Ou seja, procuram dar à opinião pública britânica a impressão que será um período de transição muito curto. Do lado europeu, diz-se que o período de transição poderá ser um pouco mais longo. Tudo depende da resolução de duas questões fundamentais, uma delas é a questão da Irlanda e da relação entre a Irlanda e a Irlanda do Norte, e a outra questão também muito importante que é: qual é o papel do tribunal de justiça da União Europeia no caso de diferendos entre o Reino Unido e o resto da União Europeia.

### MAGAZINE EUROPA 23 de Outubro de 2018

Neste momento, esta semana, a grande questão é saber se Theresa May vai conseguir manter o poder ou não. Houve muita movimentação durante o fim-de-semana no sentido de contestar ainda esta semana o poder de Theresa May e de a derrubar enquanto primeira-ministra e líder do partido conservador. Os líderes da União Europeia querem que Theresa May se mantenha no poder. Para eles é importante ter do outro lado do canal Theresa May, que é, apesar de tudo, a líder mais moderada, a líder mais equilibrada que neste momento existe no panorama conservador britânico.

Entretanto, houve no Reino Unido manifestações contra o BREXIT. O presidente da Câmara de Londres apelou à realização de um referendo que dê aos britânicos a opção de permanecer na União. Ainda há esperança para os anti-BREXIT?

Penso que não, penso que neste momento a hipótese de um novo referendo...a não ser que estas manifestações se prolonguem, continuem - não só continuem, mas que tenham lugar também noutras cidades do Reino Unido e não apenas em Londres. Estas manifestações de rua acabarão por não mudar a posição do governo britânico, a não ser que elas ganhem intensidade e ganhem projecção geográfica.

# IV.

E de Londres vamos até Roma.

O governo italiano prometeu explicar aos parceiros europeus o orçamento para 2019, criticado por Bruxelas, e repetiu o compromisso de manter o país na Zona Euro.

Estas declarações surgem após o Conselho de Ministros e depois da agência de notação financeira Moody's ter revisto em baixa, na sexta-feira à noite, a nota de Itália, passando-a para o último nível da categoria de investimento.

A Comissão Europeia disse ter pedido a Roma uma clarificação sobre o projecto de orçamento entregue em Bruxelas, proposta que se desvia das regras europeias.

O executivo italiano prevê um défice de 2,4% do Produto Interno Bruto para 2019, quando o anterior governo de centro-esquerda tinha antecipado um défice de 0,8%.

Victor, o comissário europeu dos Assuntos Económicos disse que o orçamento italiano não respeita as regras da Zona Euro. O que é que se pode dizer deste desafio italiano?

Roma está neste momento numa posição, que é uma posição de desafio em relação a Bruxelas, e certamente a razão principal é para mostrar ao eleitorado italiano que finalmente existe um

#### MAGAZINE EUROPA 23 de Outubro de 2018

governo na Itália que é capaz de fazer finca-pé às orientações vindas de Bruxelas.

Mas isto tudo é muito preocupante. A Itália é a terceira maior economia da União Europeia, está profundamente endividada. Neste momento, a dívida pública italiana é a segunda pior do espaço europeu, vem logo depois da Grécia e é mais acentuada do que a própria dívida portuguesa. Por outro lado, a Itália tem um sistema bancário muito fragilizado. O sistema bancário que foi muito generoso - e a palavra "generoso" quer dizer muitas vezes "corrupto" mesmo, no que diz respeito à atribuição de créditos e, por isso, tem milhões de milhões em crédito mal parado. E, por outro lado, as agências de rating internacionais estão neste momento a baixar o rating da Itália, de tal maneira que no final da semana passada a Moody's baixou o rating da Itália para um nível que é apenas um nível acima de lixo.

#### Como é que a União Europeia deve lidar com esta situação?

É verdade que a União Europeia está neste momento a fazer pressão sobre alguns governos europeus no que diz respeito aos orçamentos para 2019. Na sexta-feira passada, a Comissão Europeia enviou cartas sobre os orçamentos à Bélgica, à França, à Espanha, a Portugal e à Eslovénia, pedindo a estes países que modifiquem várias rubricas dos seus orçamentos, rubricas que a União Europeia considera que são meramente eleitoralistas e que exageram, ou melhor, que aumentam de uma maneira injustificada as despesas, numa altura em que estes países ainda têm défices financeiros muito importantes. O problema mais importante é certamente o problema da Itália, tem não só um défice enorme, como vai ainda aumentar. Se o orçamento que está previsto para 2019 for aprovado, vai ainda aumentar esse défice de uma maneira espectacular, ou seja, vai acrescentar ao défice existente mais 22 mil milhões de dívida pública. E isso evidentemente numa altura em que a economia italiana não está a crescer e também numa altura em que a economia italiana tem imensos problemas para pagar as dívidas iá existentes e em que as taxas de juro da Itália subiram de uma maneira drástica.

O governo de Roma disse que este desvio da dívida deve-se à intenção do governo de cumprir promessas eleitorais que exigem um aumento da despesa pública. Estamos a falar de quê?

Estamos a falar fundamentalmente de duas grandes rubricas de despesa. O governo italiano quer aprovar um abono de subsistência para os mais pobres a partir de 2019. É uma despesa enorme. Por outro lado, o governo italiano resolveu que em 2019 haverá uma descida da idade da reforma. E isso evidentemente traz encargos para o tesouro público muito grandes e tem um impacto enorme nas despesas e no orçamento italiano.

### E que impacto é que se prevê que esta instabilidade em Itália possa ter em países periféricos, da Zona Euro, com défices semelhantes. Em Portugal, por exemplo.

A grande questão aqui é como os mercados vêem este tipo de actuações do governo italiano e quais são as lições e as comparações que fazem com governos, nomeadamente com qovernos do Sul da Europa, porque ainda existe o preconceito de associar todos os países da Europa e de os pôr todos no mesmo saco. E por isso, a partir do momento em que o governo italiano mostra menos respeito pelos princípios de austeridade e pelas promessas que haviam sido feitas de reequilibrar pouco a pouco as contas públicas, os investidores pensam que hoje é na Itália, amanhã será em Espanha ou em Portugal e no dia seguinte será novamente na Grécia ou noutro país do Sul da Europa. E isso evidentemente tem um impacto muito grande, nomeadamente sobre o rating das dívidas públicas desses países, nomeadamente para Portugal é importante que o rating da dívida pública continue a subir e que não seja ameaçado pela crise que existe na Itália, que não haja dúvidas em relação à capacidade do governo português e da economia portuguesa de pagar as suas dívidas. E, por ouro lado, também faz com que as taxas de juro aumentem e evidentemente quando as taxas de juro aumentam, isso não só torna os empréstimos feitos às famílias mais caros, mas também evidentemente tem um impacto muito grande sobre o nível de consumo das pessoas. Se as pessoas têm mais dificuldades em realizar empréstimos, porque os empréstimos têm juros mais altos, é evidente que vão diminuir o seu consumo e isso tem influência uma influência negativa - no dinamismo económico.

# V.

E ficamos hoje por aqui nesta análise à actualidade europeia.

Antes de terminar, tempo ainda para a nota cultural:

O Grand Palais, em Paris, é palco de uma exposição retrospectiva da obra de Joan Miró.

São 70 anos de trabalho reflectidos em 150 obras.

Esta viagem ao universo do artista catalão está organizada cronologicamente, com quadros, desenhos e esculturas oriundos de museus dos Estados Unidos, da Europa e também de colecções privadas.

Para ver ate 4 de Fevereiro de 2019.

Nós hoje ficamos por aqui, até para a semana.

# [ficha técnica]

Com edição e apresentação de Catarina Domingues, análise de Victor Ângelo e coordenação de Hélder Beja, Magazine Europa resulta de uma colaboração entre a Rádio Macau e a Universidade de Macau no âmbito do projecto Jean Monnet Magazine Europa.

As opiniões aqui expressas não representam necessariamente as posições oficiais das diversas instituições da União Europeia.

O projecto Jean Monnet Magazine Europa é uma parceria entre a Universidade de Macau e o Instituto de Estudos Europeus de Macau, co-financiada pela União Europeia no quadro do Programa Erasmus +. Estamos no Facebook em Magazine Europa.